

FICÇÃO, HISTÓRIA E SOCIEDADE EM ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA E
ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ

Haidê Silva (ISEAP)¹

RESUMO:

O objetivo do presente trabalho é analisar de que forma Ficção, História e Sociedade se relacionam nesses dois romances de José Saramago. O autor, em *Ensaio sobre a lucidez*, retoma personagens e acontecimentos já narrados na sua obra anterior, ou seja, *Ensaio sobre a cegueira*. E dessa forma, no diálogo entre as obras, talvez a “cegueira branca” e o voto “em branco” constituam metáforas capazes de nos conduzir a uma possível relação entre Ficção, História e Sociedade nos dois romances.

Palavras-chave: Ficção. História. Sociedade.

Introdução

O objetivo do presente trabalho é estabelecer as possíveis relações entre Ficção, História e Sociedade, entre as obras *Ensaio Sobre a Cegueira* e *Ensaio Sobre a Lucidez*, de José Saramago. Iniciamos o nosso trabalho com a hipótese de que Saramago estabelece de forma proposital um diálogo mais aprofundado nestas obras do que no contexto de obras do autor.

Em *Ensaio Sobre a Cegueira*, diante da impossibilidade de encontrar uma explicação para a epidemia de cegueira que se alastrou rapidamente e também diante da impossibilidade de encontrar a cura para o que denominaram de mal branco, os governantes decidiram isolar os infectados para mantê-los longe da sociedade. E dessa forma, a opção pelo isolamento dos doentes e a repressão para os que ousassem deixar o cárcere, acabou por dar origem a uma sociedade à parte, com as suas próprias leis, na

¹ Profa. Dra. Haidê SILVA. Professora da rede de ensino estadual e municipal em São Paulo e professora dos cursos de Letras e Pedagogia do Instituto Superior de Educação Alvorada Plus (ISEAP).
E-mail: haidesilva1@terra.com.br

qual o caos instaurou-se de forma impositiva. E nesse contexto, aos cegos foram retirados todos os direitos de exercer a cidadania, e o acesso aos bens sociais.

Em *Ensaio Sobre a Lucidez*, quando os habitantes de uma determinada capital de um país inominado decidem, através do voto em branco, expressar o seu descontentamento com governo, o que deveria ser compreendido como uma atitude de lucidez por parte dos eleitores da capital, na verdade, foi interpretado pelo governo como uma nova forma de cegueira, capaz de colocar em risco o próprio regime democrático e então, a maneira encontrada pelo governo para manter-se no poder foi novamente o diagnóstico do isolamento e da política de repressão já historicamente adotada em momentos anteriores. Nesse contexto, a histórica política de repressão se repete, e a sociedade é castigada até que se encontrem os culpados, e que estes sejam expostos pela mídia e apresentados à sociedade como os responsáveis por todos os males sociais, e o poder retorne para as mãos das quais nunca deveria ter saído, restabelecendo-se a ordem e o *status quo* social.

A cegueira branca e o voto em branco

O romance *Ensaio Sobre a Cegueira* começa em um dia normal na cidade, que não é identificada pelo narrador. Um homem está conduzindo o seu veículo em uma rua desta cidade, para no semáforo, e de repente, está cego. Alguém o leva para casa, onde o cego espera a sua esposa retornar do trabalho. Após revelar a esposa que tinha cegado, eles decidem ir ao consultório de um médico oftalmologista. À noite, estudando o caso de cegueira sem explicação do paciente, o médico oftalmologista também cega.

No dia seguinte, o médico comunica a sua mulher que está cego e resolve tomar a iniciativa de avisar as autoridades competentes:

Na verdade um oftalmologista cego não poderia servir para muito, mas competia-lhe a ele informar as autoridades sanitárias, avisá-las do que poderia estar a tornar-se em catástrofe nacional, nada mais nada menos que um tipo de cegueira desconhecido até agora, com todo o aspecto de ser altamente contagioso (SARAMAGO, 1995, p. 37)

A “treva branca” que acomete o primeiro cego espalha-se rapidamente pela cidade e uma multidão de cegos terá que aprender a viver de novo, em quarentena. O Ministério agiu rápido:

O ministério queria saber a identidade dos pacientes que tinham estado no dia anterior no consultório, o médico respondeu que as fichas clínicas respectivas continham todos os elementos de identificação, o nome, a idade, o estado civil, a profissão, a morada, e terminou declarando-se ao dispor para acompanhar a pessoa ou pessoas que fossem recolhê-los. Do outro lado o tom foi cortante, Não precisamos. (SARAMAGO, 1995, p. 42)

Nesse contexto, o Ministro se encarrega de resolver o assunto:

A lembrança tinha saído da cabeça do próprio ministro (...) Enquanto não se apurassem as causas, ou, para empregar uma linguagem adequada, a etiologia do mal branco (..) todas as pessoas que cegaram, e também as que com elas tivessem estado em contacto físico ou em proximidade directa, seriam recolhidas, isoladas, de modo a evitarem-se ulteriores contágios, os quais, a verificarem-se, se multiplicariam mais ou menos segundo o que matematicamente é costume denominar-se progressão por quociente, concluiu o ministro. (SARAMAGO, 1995, p. 45)

Os cegos são recolhidos ao manicômio e o governo, por meio do alto-falante, faz o seguinte pronunciamento:

O Governo lamenta ter sido forçado a exercer energicamente o que considera ser seu direito e seu dever, proteger por todos os meios as populações na crise que estamos a atravessar, quando parece verificar-se algo de semelhante a um surto epidêmico de cegueira, provisoriamente designado por mal-branco, e desejaria poder contar com o civismo e a colaboração de todos os cidadãos para estancar a propagação do contágio, supondo que de um contágio se trata, supondo que não estaremos apenas perante uma série de coincidências por enquanto inexplicáveis. A decisão de reunir num mesmo local pessoas afectadas, e, em local próximo, mas separado, as que com elas tiveram algum tipo de contacto, não foi tomada sem séria ponderação. O Governo está perfeitamente consciente das suas responsabilidades e espera que aqueles a quem esta mensagem se dirige assumam também, como cumpridores cidadãos que devem de ser, as responsabilidades que lhes competem, pensando que o isolamento em que agora se encontram representará, acima de

quaisquer outras considerações pessoais, um acto de solidariedade para com o resto da comunidade nacional. Dito isto, pedimos a atenção de todos para as instruções que se seguem, primeiro, as luzes manter-se ao sempre acesas, será inútil qualquer tentativa de manipular os interruptores, não funcionam, segundo, abandonar o edifício sem autorização significará morte imediata, terceiro, em cada camarata existe um telefone que só poderá ser utilizado para requisitar ao exterior a reposição de produtos de higiene e limpeza, quarto, os internados lavarão manualmente as suas roupas, quinto, recomenda-se a eleição de responsáveis de camarata, trata-se de uma recomendação, não é uma ordem, os internados organizar-se-ão como melhor entenderem, desde que cumpram as regras anteriores e as que seguidamente continuamos a enunciar, sexto, três vezes ao dia serão depositadas caixas de comida na porta da entrada, à direita e à esquerda, destinadas, respectivamente, aos pacientes e aos suspeitos de contágio, sétimo, todos os restos deverão ser queimados, considerando-se restos, para este efeito, além de qualquer comida sobrança, as caixas, os pratos e os talheres, que estão fabricados de materiais combustíveis, oitavo, a queima deverá ser efectuada nos pátios interiores do edifício ou na cerca, nono, os internados são responsáveis por todas as conseqüências negativas dessas queimas, décimo, em caso de incêndio, seja ele fortuito ou intencional, os bombeiros não intervirão, décimo primeiro, igualmente não deverão os internados contar com nenhum tipo de intervenção do exterior na hipótese de virem a verificar-se doenças entre eles, assim como a ocorrência de desordens ou agressões, décimo segundo, em caso de morte, seja qual for a sua causa, os internados enterrarão sem formalidades o cadáver na cerca, décimo terceiro, a comunicação entre a ala dos pacientes e a ala dos suspeitos de contágio far-se-à pelo corpo central do edifício, o mesmo por onde entraram, décimo quarto, os suspeitos de contágio que vierem a cegar transitarão imediatamente para a ala dos que já estão cegos, décimo quinto, esta comunicação será repetida todos os dias, a esta mesma hora, para conhecimento dos novos ingressados. O Governo e a Nação esperam que cada um cumpra o seu dever. Boas noites. (SARAMAGO, 1995, p. 50-51)

O manicômio tornou-se então uma sociedade à parte, onde os cegos e os suspeitos de contágio tiveram que aprender a organizar-se para sobreviver da melhor forma possível, enquanto aguardavam a descoberta da cura para o mal branco. Nesse contexto, um pequeno grupo guiado pela mulher do médico, a saber, o médico oftalmologia, o primeiro cego, a mulher do primeiro cego, a rapariga dos óculos

escuros, o velho da venda preta e o rapazinho estrábico, vão passar por situações bastante difíceis até chegarem a perda total da dignidade humana, quando cegos de outra camarata resolveram tomar o poder e distribuir a comida de acordo com as suas vontades e caprichos, exigindo primeiramente dos demais cegos todos os pertences que possuíam, e quando os pertences acabaram, passaram então a exigir mulheres em troca de comida. Diante da situação de caos insustentável, a mulher do médico, a única que conservou a visão, decidiu matar o chefe dos cegos que tomaram o poder e então restituir a dignidade às mulheres violadas para garantir a alimentação dos demais. Os cegos só foram libertados do manicômio quando um incêndio destruiu a estrutura do internato e então os cegos encarcerados puderam ganhar a rua e quem sabe encontrar as suas casas. Libertos do manicômio, os cegos tinham que percorrer longas distâncias para conseguir comida e o grupo de cegos liderados pela mulher do médico acordaram que seria melhor permanecerem juntos, e assim o fizeram na residência do médico oftalmologista e sua esposa, até que recuperaram a visão da mesma forma sem explicação pela qual a perderam.

Ensaio Sobre a Lucidez inicia-se em uma manhã de votação na capital de um país imaginário. A primeira eleição aconteceu em um domingo, dia muito chuvoso, “Mau tempo para votar, queixou-se o presidente da mesa da assembleia eleitoral catorze” (Saramago, 2004, p. 9), no qual a possibilidade de abstenção dos eleitores era muito grande. No entanto, de forma coincidente ou não, todos os eleitores da capital do país decidiram votar exatamente às quatro horas da tarde. O resultado da apuração dos votos causou constrangimento aos partidos e candidatos:

Os votos válidos não chegavam a vinte e cinco por cento, distribuídos pelo partido da direita, treze por cento, pelo partido do meio, nove por cento, e pelo partido da esquerda, dois e meio por cento. Pouquíssimos os votos nulos, pouquíssimas as abstenções. Todos os outros, mais de setenta por cento da totalidade, estavam em branco. (SARAMAGO, 2004, p. 24)

Diante da fatalidade do voto em branco na capital do país, os governantes decidiram que era preciso repetir o processo de votação. A segunda eleição aconteceu no domingo seguinte, dia muito bonito e ensolarado. Dessa vez, os eleitores resolveram

votar logo cedo, mas o resultado da apuração não foi muito diferente da anterior: 8% dos votos para o partido da direita, 8% para o partido do meio e 1% para o partido da esquerda, 0 abstenções, 0 votos nulos e **83%** de votos em branco. Nesse contexto, o Primeiro-Ministro fez uma declaração do estado de exceção, que não tardou muito a ser transformada em estado de sítio.

Os eleitores considerados suspeitos de terem votado em branco foram submetidos a interrogatórios intermináveis, cerca de quinhentas pessoas foram detidas para colaborar com as investigações, mas apesar de serem submetidos a pressão física e psicológica nenhum dos eleitores interrogados declarou ter votado em branco. E como se isso não bastasse, os habitantes da cidade em vez de sentirem-se intimidados, resolveram declarar abertamente que votaram em branco:

Uma manhã as ruas da capital apareceram invadidas por gente que levava ao peito autocolantes com, vermelho sobre negro, as palavras, Eu votei em branco, das janelas pendiam grandes cartazes que declaravam, negro sobre vermelho, Nós votamos em branco, mas o mais arrebatador, o que se agitava e avançava sobre as cabeças dos manifestantes, era um rio interminável de bandeiras brancas que levaria um correspondente despistado a correr ao telefone para informar o seu jornal de que a cidade se havia rendido. Os altifalantes da polícia esgoelavam-se a berrar que não eram permitidos ajuntamentos de mais de cinco pessoas, mas as pessoas eram cinqüenta, quinhentas, cinco mil, cinqüenta mil, quem é quem numa situação destas, se vai pôr a contar de cinco em cinco. (SARAMAGO, 2004, p. 74)

Diante de tal atrevimento por parte dos habitantes da capital sitiada, o primeiro ministro achou que estava no momento de recorrer à outra medida mais eficaz para resolver o problema:

Foi então que o primeiro ministro, perante o governo reunido em plenário e o chefe do estado a presidir, revelou o seu plano. Chegou a hora de partir a espinha à resistência, disse, deixemo-nos de acções psicológicas, de manobras de espionagem, de detectores de mentiras e outros artilúgios tecnológicos, uma vez que, apesar dos meritórios esforços do senhor ministro do interior, ficou demonstrada a incapacidade desses meios para resolver o problema, acrescento a propósito que considero também inadequada a intervenção directa

das forças armadas visto o inconveniente mais que provável de um morticínio que é nossa obrigação evitar sejam quais forem as circunstâncias, o que em contrapartida a tudo isto vos trago aqui é nada mais e nada menos que uma proposta de retirada múltipla, um conjunto de acções que alguns talvez considerem absurdas, mas que tenho a certeza nos levarão à vitória total e ao regresso à normalidade democrática, a saber, e por ordem de importância, a retirada imediata do governo para outra cidade, que passará a ser a nova capital do país, a retirada de todas as forças do exército que ainda ali se encontram, a retirada de todas as forças policiais, com esta acção radical a cidade insurgente ficará entregue a si mesma, terá todo o tempo de que precisar para compreender o que custa ser segregada da sacrossanta unidade nacional, e quando não puder aguentar mais o isolamento, a indignidade, o desprezo, quando a vida lá dentro se tiver tornado num caos, então os seus habitantes culpados virão a nós de cabeça baixa a implorar o nosso perdão. (SARAMAGO, 2004, p. 75)

Depois que o governo colocou em prática o seu plano de retirada, os habitantes da capital saíram às ruas para comemorar, no entanto, não faltou quem logo se lembrasse e alertasse os demais, que não havia motivo alguma para comemoração, já que estavam isolados, ou seja, não podiam sair e nem entrar na cidade e, além disso, os serviços públicos essenciais, como a coleta de lixo, por exemplo, estava suspensa:

A festa não durou muito. É certo que ninguém se decidiu a ir para o trabalho, mas a consciência da gravidade da situação não tardou a fazer baixar o tom às manifestações de alegria, havia mesmo quem se perguntasse, Alegres, porquê, se nos isolaram aqui como se fossemos pestíferos em quarentena, com um exercito de armas aperradas, prontas a disparar contra quem pretenda sair da cidade, façam-me o favor de dizer onde estão as razões para alegrias. E outros diziam, Temos de organizar-nos, mas não sabiam como se fazia isso, nem com quem, nem para quê. (SARAMAGO, 2004, p. 101)

A par das comemorações dos habitantes da capital, e sem saber ao certo o que fazer, eis que algum ministro teve a ideia de associar o mal branco, ou seja, o voto em branco, à epidemia de cegueira que ocorrera quatro anos antes. Alguns ministros acharam isso um absurdo, enquanto outros concordaram que talvez fosse uma boa

maneira de convencer a capital revoltosa de que estavam novamente acometidos por uma nova epidemia de cegueira, que os levaram a votar em branco e assim colocar em risco o sistema de governo democrático.

Diante disso, presidente e ministros reunidos, tomaram a decisão de bombardear a capital com panfletos escritos justamente com a finalidade de convencer os habitantes da capital de que estavam novamente cegos e que o melhor seria que se arrependessem logo de terem votado em branco. O plano do governo foi tão apropriado, que um dos moradores da capital, por coincidência o primeiro a cegar durante a epidemia de cegueira, leu o panfleto e sensibilizou-se a exercer o seu dever cívico, e então, quando tudo parecia estar perdido para o governo, uma carta mudou o rumo das investigações:

Excelentíssimo senhor presidente da república. Tendo lido com a merecida e devida atenção o manifesto que vossa excelência dirigiu ao povo e em particular aos habitantes da capital, com a plena consciência do meu dever como cidadão deste país e certo de que a crise em que a pátria está mergulhada exige de nós todos o zelo de uma contínua e estrita vigilância sobre tudo quanto de estranho se manifeste ou tenha manifestado à nossa vista, peço licença para trazer ao preclaro juízo de vossa excelência alguns factos desconhecidos que talvez possam ajudar a compreender melhor a natureza do flagelo que nos caiu em cima. Isto digo porque, embora não seja mais que um homem comum, creio, como vossa excelência, que alguma ligação terá que haver entre a recente cegueira de votar em branco e aquela outra cegueira branca que, durante semanas que não será possível esquecer, nos pôs a todos fora do mundo. Quero eu dizer, senhor presidente da república, que talvez esta cegueira de agora possa vir a ser explicada pela primeira, e as duas, talvez, pela existência, não sei se também pela acção, de uma mesma pessoa. (...) há quatro anos, com a minha mulher, fiz casualmente parte de um grupo de sete pessoas que, como tantas outras, lutou desesperadamente por sobreviver (...) mas o que ninguém sabe é que uma das pessoas do grupo nunca chegou a cegar, uma mulher casada com um médico oftalmologista, o marido estava cego como todos nós, mas ela não. (SARAMAGO, 2004, p. 185- 186)

A princípio o governo não pareceu dar muita importância à referida carta, mas o ministro do interior fez questão de organizar uma comissão para investigar os fatos relatados e enviou à capital sitiada um Comissário de polícia acompanhado de um

inspetor e um agente de segunda classe. A investigação de que foram encarregados tinha dois objetivos, conforme explica o Comissário aos seus ajudantes:

A nossa expedição traz dois objectivos, um principal, outro secundário, o objectivo secundário, que despacho já para não perdermos tempo, é averiguar tudo quanto for possível, mas em principio sem excessivo empenho, sobre o suposto crime cometido pela mulher que guiava o grupo de seis cegos de que se fala na carta, o objectivo principal, em cujo cumprimento aplicaremos todas as nossas forças e capacidades e para o qual utilizaremos todos os meios aconselháveis, quaisquer que tenham de ser, é averiguar se existe alguma relação entre essa mulher, de quem se diz ter conservado a vista quando todos nós andávamos por aí cegos, aos tombos, e a nova epidemia que é o voto em branco. (SARAMAGO, 2004, p. 206-207)

O comissário e seus ajudantes deram então início às investigações, começaram por interrogar o primeiro cego, ou seja, o autor da carta que denunciara a mulher do médico oftalmologista. Interrogaram a mulher do primeiro cego, a mulher do oftalmologista e o marido, a rapariga dos óculos escuros e o velho da venda preta que nesta ocasião viviam juntos. Além de interrogados, os suspeitos também eram seguidos pelo inspetor e pelo agente de segunda classe.

Apesar do empenho dos investigadores, o resultado das investigações não levava a lugar algum, ou seja, não esclareciam nada e nem apontavam algum possível culpado considerando o grupo de suspeitos. No entanto, quando o Comissário participou tal resultado ao Ministro do Interior, recebeu ordens para concluir as investigações que chefiava dentro de cinco dias e que produzisse as provas necessárias, para que o grupo de suspeitos fosse declarado culpado pela conspiração que levou os habitantes da capital a votar em branco, sem nenhuma perspectiva de defesa, e mais, que a mulher do médico oftalmologista fosse apontada como a cabeça da organização.

O problema é que o Comissário encarregado de dirigir as investigações e de plantar as provas necessárias para incriminar a mulher do médico,

Não acreditava que a mulher do médico, pela facto de não ter cegado há quatro anos, fosse agora a culpada de terem votado em branco oitenta por cento da população eleitora da capital, como se a primeira singularidade a tornasse automaticamente responsável da segunda. (SARAMAGO, 2004, p. 254)

Impossibilitado de produzir as provas encomendadas pelo Ministro do Interior, já que não acreditava que os suspeitos eram culpados, o Comissário decidiu abandonar as investigações, organizou a volta dos seus auxiliares ao local de origem, permaneceu na capital desobedecendo às ordens do Ministro do Interior, e tentou proteger o grupo suspeito dos ataques do governo, enviando os relatórios de suas investigações aos jornais para que os habitantes da cidade pudessem ler e assim conhecer a verdadeira história.

O jornal que se prontificou a publicar o texto do Comissário foi rapidamente fechado pela censura e o material recolhido, ou seja, os jornais foram retirados dos quiosques de venda, mas não antes que um número considerável de pessoas tivesse acesso ao texto produzido pelo Comissário e sem que um grupo de manifestantes conseguisse fazer cópias do artigo para panfletar nas ruas da capital.

O Comissário de polícia sentiu que tinha de fato cumprido a sua missão, uma vez que o texto circularia mesmo após a apreensão dos jornais. Dirigiu-se então ao jardim próximo a casa da mulher do médico e sentou-se para descansar. Nesse local, foi assassinado com um tiro na cabeça a mando do Ministro do Interior e um atirador profissional posicionou-se na cobertura de um edifício vizinho ao prédio onde morava a mulher do médico e ficou de plantão à espera do momento em que ela se dirigisse à sacada do seu apartamento. Assim, o ministério do interior concluiu às investigações e colocou fim ao mistério do voto em branco.

Considerações finais

Esperamos que a comparação entre os fragmentos de *Ensaio Sobre a Cegueira* e *Ensaio Sobre a Lucidez* expostos e analisados acima sejam suficientes para que possamos concluir que a relação entre ficção, história e sociedade em ambos os romances se expressa, através da ficção, quando esta nos faz mergulhar na história de uma sociedade, na qual historicamente, nos momentos de crise, podemos perceber que a opção dos governantes tem sido sempre a mesma, independente do contexto, ou seja, se a crise é provocada por uma epidemia qualquer, o remédio é isolar os doentes e adotar

políticas de repressão retirando-lhes todos os direitos adquiridos e garantidos pela própria constituição do país, através da declaração de um Estado de Exceção ou de Sítio. E quando se trata de exercer os direitos assegurados por um regime democrático, a situação se repete, ou seja, a sociedade considerada rebelde é isolada, seus direitos são retiradas e as políticas de repressão são implementadas para assegurar que os culpados, inocentes ou não, sejam apresentados à sociedade do espetáculo.

Referências bibliográficas

ADORNO, T.W.; HORKEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Paz & Terra, 1997.

MELETINSKY, Eleazar. *Sociedades, culturas e fato literário*. In: Angenot, Marc e Al. *Teoria Literária: problemas e perspectivas*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SARAMAGO, José. *Ensaio Sobre a Cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARAMAGO, José. *Ensaio Sobre a Lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.